



ANÁLISE DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

**Robson José Klimeck Snovarski
Bruno Milani**

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar as transferências e despesas dos orçamentos da educação dos municípios do COREDE Vale do Jaguari, juntamente com o número de alunos municipais, obtendo-se então, o Déficit por aluno destes municípios através de uma pesquisa quantitativa que analisa os dados através de levantamentos de dados financeiros. Essa pesquisa seleciona os dados e analisa os sistematicamente (GIL, 2008). O FNDE é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação que tem como objetivo prestar assistência financeira e técnica, e executar ações que contribuam para uma educação de qualidade a todos. (FNDE,2016). O trabalho buscou desempenhar um papel de ferramenta auxiliar para as prefeituras do COREDE Vale do Jaguari, que futuramente poderão usar os dados deste trabalho para melhorar a educação do município, visto que as despesas vem superando as transferências ano a ano, e futuramente poderão estar em níveis insustentáveis aos municípios.

Palavras-Chave: FNDE. FUNDEF. FUNDEB. COREDE Vale do Jaguari.

1 INTRODUÇÃO

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é uma autarquia Federal criada em 1968 e alterada em 1969 e é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC). Seus recursos de várias fontes como de impostos de loterias e, principalmente, do salário-educação, um tributo de 2,5% descontado da folha de pagamento das empresas.

Na constituição de 1998 ficou determinado que no mínimo 25 % das receitas tributárias de Estados e Municípios e 18% dos impostos federais deveriam ser aplicados em Educação.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) foi criado em 1996, e implementado em 1998, buscando corrigir os problemas na distribuição de recursos para educação, empregando recursos exclusivos para a educação básica, os Municípios e Estados destinavam recursos de 15% de alguns impostos para união, para que após isso esses recursos fossem distribuídos para os Estados e Municípios de acordo com o número de matrículas do ensino fundamental, caso o valor distribuído não supra o mínimo instituído para o ano pela União, a mesma deve complementar com valores próprios para se chegar a esse mínimo.

O FUNDEF foi instituído para um período de 10 anos, chegando em 2006 com várias propostas de melhorias e criação de outros fundos. Assim nasce o Fundo de



Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que segue com basicamente a mesma forma de distribuição de recursos do FUNDEF, porém com ele, se amplia recursos que antes eram investidos na educação fundamental, agora para toda educação básica - desde creches, Pré-escola, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio até a Educação de Jovens e Adultos. Esse fundo deve vigorar até 2020.

Sendo assim, se faz necessário analisar o impacto do FUNDEB nos orçamentos municipais destinados à educação, o que remete aos objetivos desse estudo.

2 HISTÓRICO DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

De acordo com LIMA (2015), até o final do século XVIII, a escola era frequentada apenas pelas classes mais bem favorecidas financeiramente, e tinha caráter técnico. Existiam também, escolas de ofício para filhos de artesões e outras classes sociais menos favorecidas economicamente.

A partir da Revolução Industrial, a sociedade capitalista começa a ganhar força, e as primeiras escolas para as crianças das classes trabalhadoras começa a surgir, visto que as mães de família começam a trabalhar com salários, e não viver apenas como donas de casas, com muitas reivindicações dessa classe, não somente para o ensino, mas também para ter um local para deixar as crianças enquanto as mães trabalhavam, a escola começou a ser estender para essa camada social também. Disciplina e obediência eram mais trabalhados que a própria educação, pois logo adiante essas crianças poderiam ser usadas nas fabricas, de maneira a não provocar greves, ou tentar fugir do padrão de trabalho. Como não época existia poucas opções de trabalho além da fábrica, a mão de obra era barata e abundante, não tendo o por que mudar o valor salarial. Bem diferente da atualidade onde a escola se volta para à proteção e educação da criança.

No Brasil, no período colonial LIMA (2015), diferencia, para a época, criança nascida em famílias com classe social favorecida economicamente das crianças nascidas de mãe escrava. Para as primeiras,

[...] além da educação jesuíta oferecida a partir dos seis anos, era reservada instrução em casa para a aprendizagem das primeiras letras; para as demais, nenhum direito à educação, mas o dever de aprender algum ofício [...]. É com este crivo de desigualdade que começamos a nossa história (SILVA; FRANCISCHINI, 2012, p. 259).

No final do século XIX, começam a surgir as primeiras creches para os mais pobres, elas começaram a surgir, pelo fato das mães trabalharem fora, e precisarem deixar



seus filhos em algum lugar que tivesse alguma sanitária, alimentação e cuidados físicos, porém estas creches acabam sendo usadas apenas como “depósitos” de crianças, sem, ainda, pensar na parte pedagógica e na formação da criança. (LIMA, 2015, p.26)

Em 1981, em Quito a educação começa a dar um importante passo com o Projeto Principal da Educação (PPE), que influenciou a criação do programa educação para todos na conferência de Jomtien, em 1990, onde foi estruturado e teve seus objetivos principais, voltados para a educação. (Martins & Cardozo, p. 4).

As políticas públicas dos anos 80, voltavam-se apenas para o aumento do número de alunos,

“[...] À superação da pobreza e da desigualdade educativa, sendo que a dimensão da qualidade da educação precisava avançar a partir da década de 90, pontuando elementos novos como a articulação do Estado com as organizações sociais com responsabilidade compartilhada pela educação pública, via privatização, voluntariado ou filantropização dos serviços educacionais. [...]”(Martins & Cardozo, p. 4)

Nesse contexto, Martins & Cardozo (2013) comentam que a educação é considerada um investimento social que leva ao desenvolvimento econômico, com população escolarizada, a escassez de profissionais nas diversas áreas diminui. Para se trabalhar com qualidade de ensino temos de ter profissionais que trabalhem com eficiência e a eficácia, para se obter os resultados esperados.

No início do século XXI, o governo Brasileiro segue sendo influenciado pelas políticas educacionais internacionais, propostas para seguir fortalecendo uma escola pública, igualitária, inclusiva e equitativa.

Braslavsky, C. (2004) cita dez fatores para uma educação de qualidade para todos no século XXI:

- 1 - A pertinência pessoal e social como foco da educação.
- 2 - A convicção, estima e autoestima dos estratos envolvidos.
- 3 - A fortaleza ética e profissional dos professores.
- 4 - A capacidade de condução dos diretores e o pessoal intermédio.
- 5 - O trabalho em equipe ao interior da escola e do sistema educativo.
- 6 - As alianças entre as escolas e outros agentes educativos.
- 7 - O currículo em todos os níveis educativos.
- 8 - A quantidade, qualidade e disponibilidade de materiais educativos.
- 9 - A pluralidade e a qualidade das didáticas.
- 10 - Os mínimos materiais e os incentivos socioeconômicos e culturais.



3 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)

Segundo o histórico do site do FNDE (2016):

“O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC).”

Parente (2007) comenta que a criação do FNDE ocorrida no período militar demonstra que cada vez mais os Estados e Municípios tinham dependência do Governo Federal, porém esse financiamento das Políticas Públicas foi importante para desenvolver os programas sociais. Até 1997, o MEC era apoiado pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que executava programas educacionais com recursos do Tesouro Nacional e do FNDE. Nesse ano a FAE foi extinta, para seguir a descentralização do Estado, todas as obrigações da FAE, ficaram então com o FNDE.

/A missão do FNDE atualmente é:

“O fundo nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é uma autarquia do Ministério da Educação que tem como missão prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da educação, visando garantir educação de qualidade a todos os brasileiros. (FNDE, 2005 apud Frare,2006).”

Frare (2006) esclarece que anteriormente sua missão era de financiar os programas de ensino superior, médio e fundamental de responsabilidade da união e conceder assistência financeira aos Estados, municípios e entidades particulares. Isso era propiciado com o apoio inicial de representantes de várias áreas economias e também da sociedade civil, já em 1991 a sua pluralidade diminuiu, passando a contar com 6 membros. E em 1993 o número de membros passa para 11, mais tarde, em 1999 o número é alterado para 9 membros pelo decreto nº 3034. O autor esclarece que as mudanças no número de membros não afetaram o FNDE, porém demonstram a falta de participação social nos resultados da organização.

Além disso Ruediger e Riccio (2005) apud Frare (2005), esclarecem que com a mudança da missão institucional, com novas metas e responsabilidades os instrumentos institucionais da instituição estão aquém do seu potencial de trabalho.

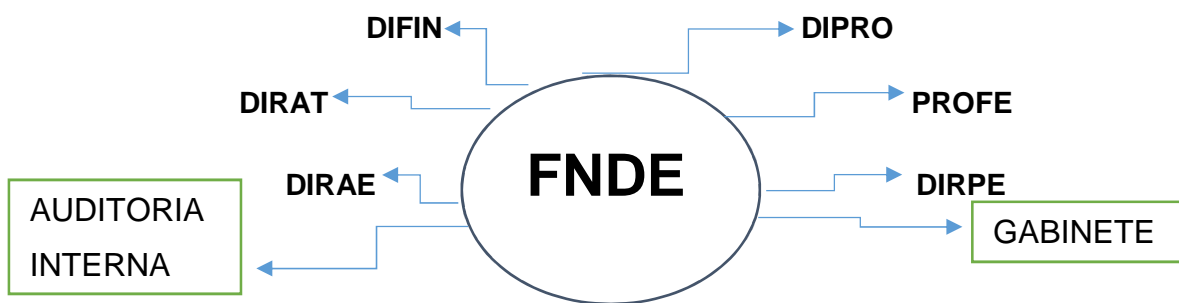
Para resumir os acontecimentos do FNDE ao passar dos anos Frare (2006.p.68) desenvolveu um quadro cronológico que ilustra muito bem os acontecimentos.

**Tabela 1 - Cronologia dos principais acontecimentos do FNDE**

1968	1969	1981	1991	1993
Criação do FNDE	Alteração da Lei	Mudança nas fontes de recursos	Mudança no conselho Deliberativo	Mudança no conselho deliberativo
LEI Nº 5.537	Decreto-Lei Nº 872	Portaria Nº 654	Decreto Nº 144	Decreto Nº 723
1997	2003	2004	2005	2006
Incorporação da FAE	Cristovam Buarque assume o MEC	Tarso genro assume o MEC	Criação da DIPRO	PROEP e PROMED incorporados.
Medida Provisória Nº 1.549	Pressões políticas para reforma ministerial	Início do processo de fortalecimento Institucional	Fundescola é incorporado ao FNDE	Processo de aprovação do plano de carreira

Fonte: Adaptado de Frade (2005, p. 68).

Hoje em dia, na aba institucional/Etiquetas do site do FNDE (2016), se encontra o organograma da instituição, como mostra a figura a seguir:

Figura 1: Organograma do FNDE

Fonte: Elaborado pelo autor.



4 PROGRAMAS DO FNDE

4.1 FUNDEF

O FUNDEF foi criado pela Ementa Constitucional nº 14 e regulamentado pela Lei nº 9424/96 e pelo Decreto 2.264/97. Onde ficou previsto que pelo prazo de 10 anos, os Estados e municípios deveriam aplicar, no mínimo, 15% de todas suas receitas, referentes aos seus quatro principais impostos, exclusivamente no Ensino Fundamental; Bem como um mínimo de 60% desses recursos para o uso exclusivo com pagamentos com profissionais do magistério em exercício e um valor mínimo nacional por aluno fixado anualmente. (SEMECHINI, 2001, pg.4).

Com a criação do FUNDEF, a expectativa era de que a educação Brasileira aumentasse seu desempenho através do aumento e da eficiência do uso dos recursos Federais, esse aumento de desempenho se daria pela diminuição da evasão, melhoria do rendimento escolar, e melhor qualidade na educação. (Castro, 1998).

No Manual de Orientação elaborado pelo MEC (2016), calcula-se que, em 1998, o FUNDEF envolveu o montante de R\$ 13,7 bilhões. A Tabela a seguir apresenta o detalhamento desse valor, de acordo com a origem dos recursos.

Tabela 2– Origem dos recursos do FUNDEF no ano de 1998

ORIGEM DOS RECURSOS		VALOR -R\$
Fundo de Participação dos Estados - FPE		10.890.830.666
Fundo de Participação dos Municípios -FPM		12.189.442.670
ICMS	61.158.191.334	
L.C. 87/96 (*)	1.870.354.000	
TOTAL (ICMS + L.C. 87/96)		63.028.545.334
Iplexp.		1.749.509.332
TOTAL		87.858.328.002
15% DO TOTAL DESTAS RECEITAS		13.178.749.200
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO		526.599.490
TOTAL DE RECURSOS DO FUNDEF		13.705.348.690

Fonte: Adaptado pelo autor. MEC, 2016

Davies (2007) afirma que a educação não pode ser trabalhada em partes, como se um nível de escolaridade fosse mais importante que outro, por exemplo. Só abrangendo todos os níveis de educação, pode-se enfrentar problemas básicos relacionados a tal.



Uma das limitações do FUNDEF é que se prevê na lei um percentual fixo e inflexível, de impostos, que acaba sendo visto como um valor máximo, e não mínimo como está previsto na lei, contrariando as necessidades de educação, que tem variáveis. “A referência para uma educação de qualidade para todos não pode ser o percentual mínimo dos impostos, mas sim no mínimo este percentual.” (Davies, 2006, p.755).

Porém perante a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 a União tem deveres de manter uma educação de qualidade, como vemos a seguir:

Art. 14. A União desenvolverá política de estímulo às iniciativas de melhoria de qualidade do ensino, acesso e permanência na escola promovidos pelas unidades federadas, em especial aquelas voltadas às crianças e adolescentes em situação de risco social.

Para Davies (2006) o FUNDEF deixou uma ideia de “milagre”, o que não se concretizou (tanto no governo Fernando Henrique Cardoso quanto no governo Lula), ao não cumprir a Lei (n. 9.424), que estipulava o valor mínimo nacional, que servia de base para o cálculo da complementação Federal. Essa irregularidade, significou que ele deixou de contribuir com mais de R\$ 12,7 bilhões de 1998 a 2002. Entre 2003 e 2006 a dívida da união perante ao FUNDEF, tendo em vista a Lei 9.424 de 24 de dezembro de 1996, chegou a R\$ 30 bilhões.

Outra característica do FUNDEF é que para alguns municípios com número grande de alunos e receita de impostos baixa, as transferências do FUNDEF para esse município serão grandes, e para outros com menos alunos da educação básica e que coletam mais impostos, isso seria considerado perda de receita de acordo com Castro (1998).

No artigo 2º da Lei Nº 9424, de 24 de dezembro de 1996, que trata sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, fica declarado que a distribuição de recursos do fundo será pelo número de alunos matriculados anualmente, no ensino presencial de 1ª a 8ª séries do ensino fundamental, calculado pelo censo do ano anterior.

**Tabela 3: impostos que integram a cesta-FUNDEB**

Esfera	Impostos	Transferências
Estados/DF	IPVA ITCM ICMS	FPE IPI Exp. Compensação - desoneração - Lei Kandir
Municípios		Da União FPM ITR (50%)* Do Estado IPVA (50%) ICMS (25%) IPI - Exp.

Fonte: Adaptado de SENA (2008 p.326)

O FUNDEF tornou o ensino fundamental municipalizado e contribuiu para a melhoria dos salários dos professores, principalmente em regiões de pouca estrutura. Em contrapartida, desestimulou a abertura de creches e pré-escolas públicas e causou o desfinanciamento do ensino médio pelos Estados. (Fernandes, 2016, p. 27)

Observa-se que as Proposta de Emenda à Constituição (PECs) apresentadas, tentaram acrescentar ou mesmo criar um novo fundo, em suas propostas, algumas dessas propostas apenas tem intenção de realocar o dinheiro do fundo. Na proposta 37/2003, que tem como foco acrescentar a educação infantil no FUNDEF, porém, se aprovada, manteria o mesmo valor de receita do fundo, e não aumentaria, visto que se acresceria um novo nível de ensino. Já nas PECs 92/2003 (BRASIL, 2003a) e 105/2003 (BRASIL, 2003b) propunham o aumento das receitas do FUNDEF e criação de outro fundo para financiar a Educação Infantil. A PEC 190/2003 (BRASIL, 2003c), objetivava criar três Fundos para financiar individualmente a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, ampliando o percentual da União aplicado em educação, de 18 para 25%. (Mendes, 2016, p. 396)

Com um consenso sobre as discussões para criação do novo fundo, o governo Lula posicionou-se favorável à aprovação de um Fundo único, o FUNDEB.

Em 2004, foram apresentados pelo MEC os objetivos do FUNDEF tais como o de aumentar em 52,88% o número de alunos abrangidos no FUNDEF, e a ampliação com o gasto com o pagamento dos profissionais da educação que antes era de 60%, e então



pretendia-se estender-se para 80% do total de recursos do fundo. (ROSSINHOLI, 2008, p.396).

4.2 LEI Nº 11494, DE 20 DE JUNHO DE 2007

Segundo a O FNDE (2016) em sua aba apresentação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou de 1998 a 2006.

Pinto e Adrião (2006) apontam que o FUNDEF e o FUNDEB não melhoram a educação pública, pois os governos aplicam apenas, a quantidade mínima de recursos, estabelecidos em Lei, e não o máximo possível, aplicando recursos além do previsto em Lei.

“Ao optar por um determinado formato de financiamento, o poder público está, mesmo que não explicitamente, pressupondo e implementando as condições que permitam seja alcançado certo padrão de qualidade para educação ofertada. No Brasil, até o momento, o padrão de qualidade está diretamente relacionado aos recursos mínimos disponibilizados pela vinculação constitucional. Pinto e Adrião (2006 p. 42).”

Segundo o site do FNDE (2016) em sua aba apresentação a vigência do FUNDEB está prevista para o período 2007-2020, a política foi plenamente completa em 2009, quando todos alunos matriculados na rede pública foram considerados na distribuição dos recursos com o patamar de 20% de receitas de alguns impostos repassados para o fundo.

No site do FNDE (2016) na aba apresentação, se explica que os recursos para os municípios a partir de 2007 começaram a aumentar, chegando em 2010, ao previsto na lei.

“O aporte de recursos do governo federal ao FUNDEB, de R\$ 2 bilhões em 2007, aumentou para R\$ 3,2 bilhões em 2008, R\$ 5,1 bilhões em 2009 e, a partir de 2010, passou a ser no valor correspondente a 10% da contribuição total dos estados e municípios de todo o país (FNDE,2016)”.

Fernandes (2012) destaca que os recursos da educação são gerados através de impostos que são arrecadados, ou seja, alguns municípios vão prover de um índice de impostos maior, e não necessariamente vão ter um índice de natalidade alta, nesse caso, as despesas com educação poderão ser grandes. Já em municípios com grande quantidade de crianças em idade escolar e baixo índice de arrecadação de impostos ligados a educação, os gastos terão de ser menores. Alguns Estados, por contarem com recursos do Fundo de



participação dos Estados (FPE), possuíam receitas até cinco vezes maiores que outros. E em alguns municípios os salários dos professores eram de até um quarto do salário mínimo nacional.

Em 2007, o Brasil contava com 55.000.000 alunos na educação básica – no ensino fundamental, se tinha 97% da população escolarizável. “E o Distrito Federal (DF), os estados e municípios contaram, juntos, com cerca de R\$ 90 bilhões para custear seus gastos, o que resultou em R\$ 1.636,36 por aluno/ano.” (Fernandes, 2012).

4.3. Outros programas do FNDE

a) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):

Elaborado em 1954, garante aos estados e municípios recursos financeiros para a compra de alimentos para a educação infantil e ensino fundamental. Atualmente, o valor é repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino.

b) Programa Brasil Alfabetizado:

Propaga o ensino fundamental a jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos promovendo a alfabetização para.

c) Programa Nacional do Livro Didático (PNLD):

Tem como propósito oferecer material didático gratuito, a todas escolas com ensino fundamental público que são parceiras do programa Brasil Alfabetizado.

d) Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE):

Destina recursos calculados de acordo com o número de alunos do ano anterior para: aquisição de material permanente, materiais de manutenção e de consumo, que propiciam o bom funcionamento de uma escola; capacita os profissionais da educação; avalia a aprendizagem; implementa o projeto pedagógico; e desenvolve atividades educacionais.

e) Apoio ao Atendimento a Educação de Jovens e Adultos (PEJA):

Usa verbas para complementar na compra de livros didáticos, contratação temporária de professores, aquisição de gêneros alimentícios e formação continuada de docentes.

f) Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE):



Transfere recursos financeiros para o transporte escolar rural da educação básica aos Estados e Municípios.

g) Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE):

Incentiva a leitura e dá acesso à cultura a alunos, professores e a comunidade em geral, com a distribuição de livros de várias literaturas para apoiar o desenvolvimento do leitor.

h) Programa Nacional de Saúde do Escolar (PNSE):

Dispõe de ajuda financeira aos municípios para a compra e distribuição de óculos para alunos da 1ª série do ensino fundamental de escolas públicas municipais e estaduais, que estão com problemas na visão.

5 MÉTODOS E DADOS

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva de abordagem quantitativa. Os dados dos orçamentos municipais foram obtidos através do site Tribunal de contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) e o número de matrículas foi obtido no site do INEP. Esses números são referentes aos municípios do COREDE Vale do Jaguari, os dados do TCE-RS foram obtidos no controle social na conta 17213500000000 para Transferências de Recursos do FNDE e na conta 17240100000000 para Transferências de Recursos do FUNDEB.

Os dados serão organizados em tabelas e gráficos para facilitar a interpretação, tais gráficos tratam de transferências e despesas dos municípios de Jaguari, Cacequi, Capão do Cipó, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda nos anos de 2007 a 2015, assim calculando e demonstrando os déficits dos municípios no período. Os dados também fazem a comparação dos gastos com alunos para cada município, expressando a situação financeira dos municípios perante a educação.

Segundo Richarson et al. (1990:70) apud Marconi (2011, p.269), uma pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo uso da quantificação na coleta de informações e no tratamento de dados. Já segundo Marconi e Lakatos (2011, p.269), nesse método as pesquisas são baseadas em dados numéricos, já para Sabino (1996:2004) a análise quantitativa trabalha “com toda informação numérica resultante da investigação”.

Seguindo as citações desses autores calculou-se as transferências por aluno e as despesas por alunos de todos os municípios citados acima, após isso, esses dados foram



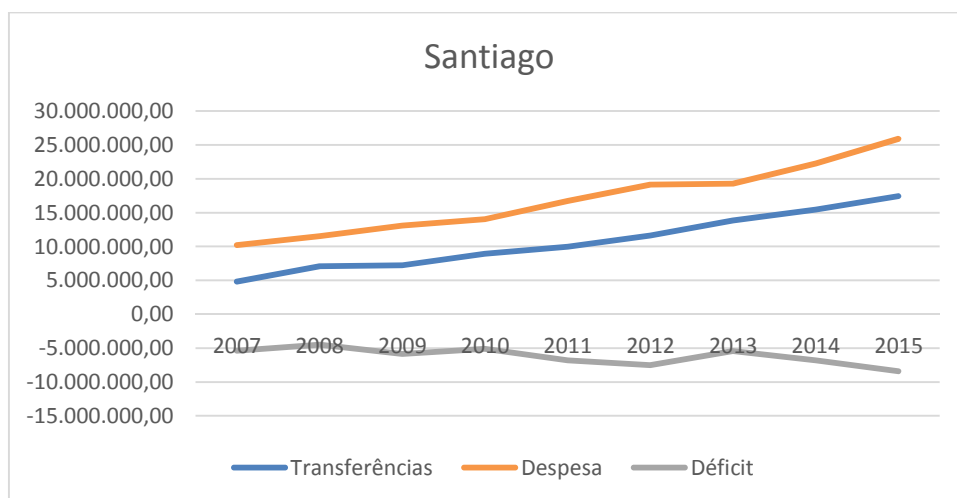
divididos pelo número de matrículas para então se obter o valor repassado e o valor gasto por aluno/ano em todas as cidades nos anos de 2007 a 2015. Os gráficos e tabelas permitirão a análise da evolução dos orçamentos municipais, nos anos citados no trabalho, e criarão uma perspectiva futura para os Gestores desses Municípios.

O objetivo da pesquisa quantitativa é testar hipóteses e criar índices para se obter informações históricas com resultados satisfatórios e sem erros de interpretação. Marconi e Lakatos. (2011, p.290).

6 RESULTADOS

Tomando como exemplo os municípios de Santiago e Unistalda com o maior e o menor percentual de alunos do ensino fundamental por quantidade de habitantes do COREDE Vale do Jaguari, respectivamente. Foram elaboradas figuras para as Despesas totais, e despesas por matrícula do orçamento da educação e transferências governamentais do FNDE, inclusive FUNDEB.

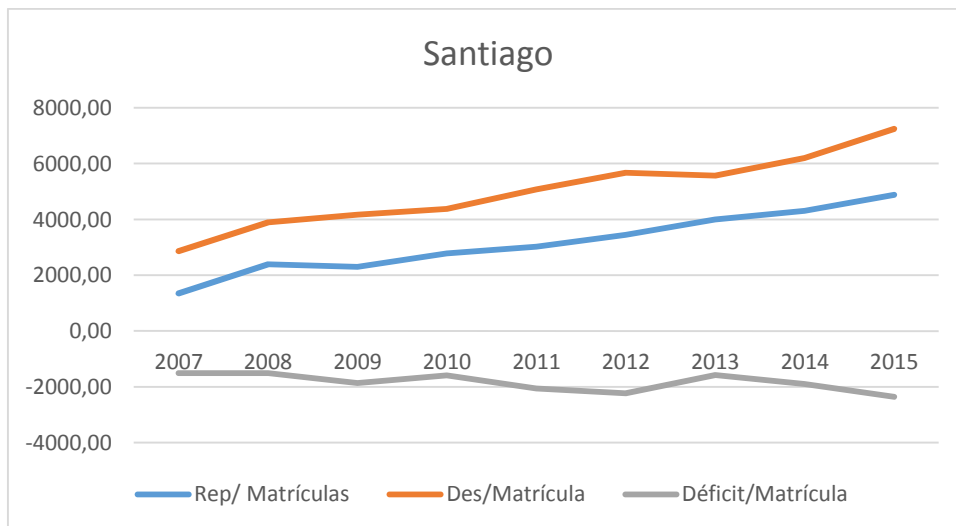
Figura 1 – Despesas totais do orçamento da educação e transferências governamentais do FNDE, inclusive FUNDEB, no município de Santiago



Santiago, como maior cidade do COREDE vale do Jaguari, teve R\$ 8,4 milhões de déficit em 2015, valor maior que em 2007, quando a média anual foi de R\$ 5,3 milhões no ano, esse déficit é provocado por que os repasses federais para esse município não seguem o aumento das despesas municipais com educação, visto que em 2015 as transferências para o município foram de R\$ 17,4 milhões e as despesas de R\$ 25,8 milhões.



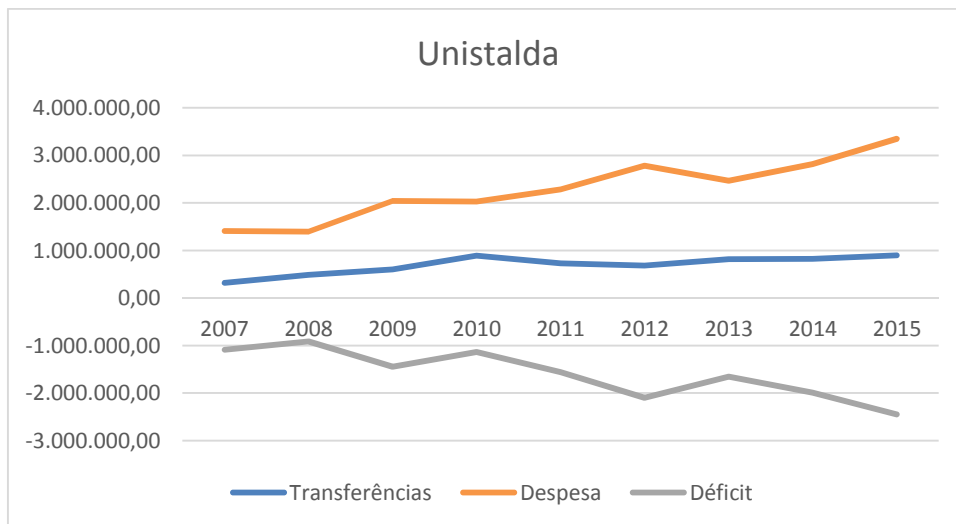
Figura 2 – Despesas totais por matrículas do orçamento da educação e transferências governamentais por matrícula do FNDE, inclusive FUNDEB, no município de Santiago



Santiago detém um número expressivo de alunos, e com as contas públicas extáveis, desde 2007 a variação foi pequena, visto que despesas e repasses por aluno tiveram valores próximos, em 2007 o valor médio gasto por aluno foi de R\$ 1,3 mil, passando para R\$ 4,8 mil em 2015, já as despesas médias por alunos eram de R\$ 2,8 mil em 2007 e passaram para R\$ 7,2 mil em 2015, contando em 2007 com um déficit de R\$ 1,5 mil por alunos, passando para R\$ 2,3 mil de déficit em 2015.

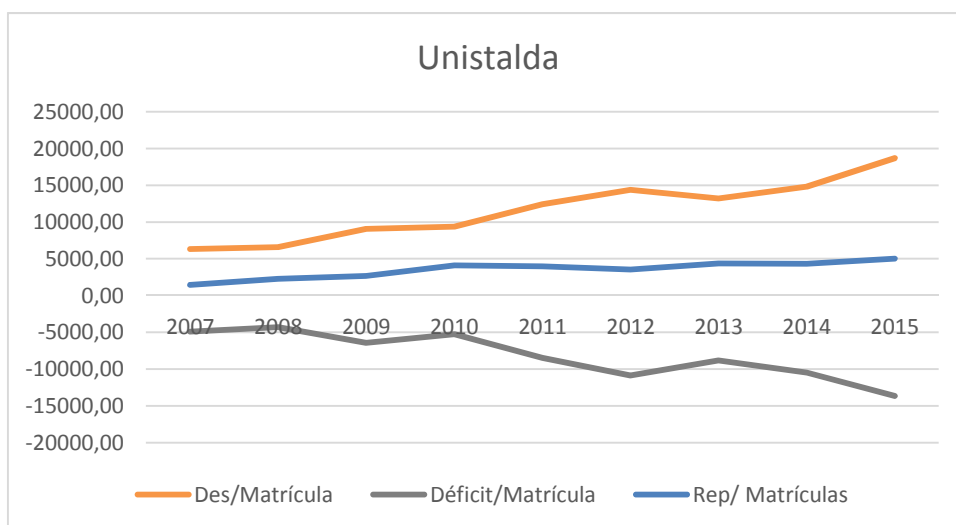


Figura 3 – Despesas totais do orçamento da educação e transferências governamentais do FNDE, inclusive FUNDEB, no município de Unistalda



Em Unistalda, município de 2.453 habitantes de acordo com o censo de 2010, o déficit de quase R\$ 2,5 milhões de reais em 2015 é considerado alto, visto que o município vive um aumento relativo no déficit desde 2007, quando as despesas eram de R\$ 1,4 milhões e as transferências de R\$ 321 mil, já em 2015 as despesas foram de R\$ 3,3 milhões enquanto que as transferências de R\$ 898 mil.

Figura 4 – Despesas totais por matrículas do orçamento da educação e transferências governamentais por matrícula do FNDE, inclusive FUNDEB, no município de Unistalda





Unistalda, como uma das menores cidades do COREDE Vale do Jaguari se mantinha em 2007 com um repasse de R\$ 1,4 mil por matrícula, e tinha uma despesa de R\$ 6,3 mil por matrícula, chegando em 2015 com repasses de R\$ 5 mil por matrícula, e com o a despesa de R\$ 18,6 mil por matrícula. O déficit com esses valores de despesas altos, também foi alto, em 2007 o déficit era de R\$ 4,8 mil por matrícula, chegando em 2015 com R\$ 13,6 mil de déficit por matrícula.

Em todas cidades do COREDE Vale do Jaguari, no período de 2007 a 2015, as despesas superam as transferências, provocando um aumento no déficit por aluno, em cidades menores, por questões financeiras, o déficit por aluno foi maior, cidades com maior número de alunos, estão bem estruturadas para manter sua educação, não tendo problemas financeiros graves. Ocorre aumento nas transferências no período de 2007-2015, porém, também em todos os municípios as despesas são maiores que as transferências, no ano de 2007 a média de déficit por aluno no COREDE Vale do Jaguari era de R\$ 1881, já em 2015 essa média chegou a R\$ 4547 por aluno, que deve ser coberto pelos recursos do município. No período de 2007 a 2015 algumas cidades tiveram déficits maiores por aluno, como vemos na Tabela a seguir:

**Tabela 4 – Déficit por aluno nas cidades do CORED Vale do Jaguari no período de 2007 a 2015**

CIDADE	DÉFICIT	PERCENTUAL
JAGUARI	R\$ -23247,17	9,02
CACEQUI	R\$ -20774,64	8,06
CAPÃO CIPÓ	R\$ -39864,52	15,47
MATA	R\$ -23750,23	9,22
NOVA ESPERANÇA DO SUL	R\$ -24080,06	9,35
SANTIAGO	R\$ -16610,51	6,45
SÃO FRANCISCO ASSIS	R\$ -16729,04	6,49
SÃO VICENTE DO SUL	R\$ -19423,70	7,54
UNISTALDA	R\$ -73188,89	28,40

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 5 – Transferências do FNDE (inclusive FUNDEB) para os municípios da região do Vale do Jaguari

DATA	JAGUARI	CACEQUI	CAPÃO	MATA	NES	SANTIAGO	S.FRANCISCO DE ASSIS	SVS	UNISTALDA
2015	3.837.232,39	4.550.052,68	1.581.121,38	2.184.196,71	1.987.689,35	17.442.789,08	7.208.200,21	3.963.372,15	898.494,41
2014	3.579.925,48	3.292.503,30	1.370.683,88	2.019.103,97	1.991.393,03	15.458.728,20	6.838.201,53	3.204.232,99	823.897,24
2013	4.516.313,04	4.011.143,71	1.332.110,09	1.714.360,17	1.829.988,37	13.831.173,07	6.446.380,56	2.837.702,53	815.257,80
2012	3.359.155,87	3.452.280,66	1.230.193,80	1.472.243,90	1.766.114,23	11.619.095,98	6.152.382,46	2.821.243,66	682.244,01
2011	4.043.650,71	2.843.151,54	1.193.508,59	1.342.819,19	1.412.019,31	9.947.580,84	5.127.615,83	2.473.630,85	728.098,55
2010	3.394.712,27	2.089.556,06	1.085.691,88	1.189.967,16	1.322.435,73	8.933.785,84	4.450.944,60	2.235.973,77	890.100,67
2009	2.830.202,80	2.331.076,25	923.313,44	1.000.330,16	1.246.631,69	7.235.021,02	3.998.502,90	1.844.155,98	600.706,32
2008	2.103.344,91	2.168.273,82	880.125,43	965.438,62	1.014.433,36	7.069.737,65	3.571.892,16	1.530.314,59	484.972,71
2007	1.855.709,51	1.792.929,18	617.293,51	797.504,66	701.474,87	4.806.702,81	2.531.162,73	1.218.896,97	321.326,71
PERCENTUAL	11,21%	10,08%	3,88%	4,82%	5,04%	36,60%	17,60%	8,41%	2,37%

**Tabela 6 – Despesas dos Municípios da Região do Vale do Jaguari com Transferências ao FNDE (inclusive ao FUNDEB)**

DATA	JAGUARI	CACEQUI	CAPÃO	MATA	NES	SANTIAGO	S. FRANCISCO DE ASSIS	SVS	UNISTALDA
2015	7.969.142,07	7.848.105,35	3.935.335,66	3.548.104,03	4.052.670,97	25.875.833,93	10.043.942,55	6.028.047,88	3.346.363,34
2014	7.293.525,76	7.099.477,62	4.217.671,82	3.210.918,97	3.781.128,45	22.267.576,80	9.965.565,86	5.813.478,34	2.814.404,91
2013	6.497.561,62	6.404.011,55	3.176.006,14	2.867.382,81	3.189.969,74	19.274.288,89	10.357.654,70	4.713.916,93	2.467.325,61
2012	6.363.666,09	5.225.690,28	3.072.255,00	3.357.858,39	3.212.784,28	19.153.303,33	9.908.195,20	4.863.980,80	2.778.901,25
2011	5.528.700,64	5.053.600,17	2.403.249,02	2.751.795,44	2.753.739,31	16.746.160,05	8.752.338,67	3.684.012,88	2.285.662,06
2010	4.568.716,83	4.575.934,41	2.280.642,37	2.198.544,78	2.407.701,83	14.045.572,99	6.920.548,01	3.896.194,05	2.028.373,57
2009	4.003.471,56	4.336.253,97	1.940.918,59	1.916.916,94	2.160.443,08	13.106.717,33	6.557.144,39	2.795.481,74	2.044.578,59
2008	4.239.409,03	4.072.767,13	1.849.920,45	1.752.907,09	1.932.359,51	11.549.549,40	6.590.786,03	3.020.513,46	1.396.664,86
2007	3.567.292,93	3.269.477,85	1.977.419,58	1.462.080,54	1.557.518,66	10.204.196,81	5.313.713,31	2.305.917,43	1.411.072,06
PERCENTUAL	10,99%	10,52%	5,46%	5,07%	5,50%	33,44%	16,35%	8,15%	4,52%

Tabela 7 - Déficit por ano de receitas/despesas dos municípios do COREDE vale do Jaguari

DATA	JAGUARI	CACEQUI	CAPÃO CIPÓ	MATA	NES	SANTIAGO	S.FRANCISCO ASSIS	SVS	UNISTALDA
2007	-1.711.583,42	-1.476.548,67	-1.360.126,07	-664.575,88	-856.043,79	-5.397.494,00	-2.782.550,58	-1.087.020,46	-1.089.745,35
2008	-2.136.064,12	-1.904.493,31	-969.795,02	-787.468,47	-917.926,15	-4.479.811,75	-3.018.893,87	-1.490.198,87	-911.692,15
2009	-1.173.268,76	-2.005.177,72	-1.017.605,15	-916.586,78	-913.811,39	-5.871.696,31	-2.558.641,49	-951.325,76	-1.443.872,27
2010	-1.174.004,56	-2.486.378,35	-1.194.950,49	-1.008.577,62	-1.085.266,10	-5.111.787,15	-2.469.603,41	-1.660.220,28	-1.138.272,90
2011	-1.485.049,93	-2.210.448,63	-1.209.740,43	-1.408.976,25	-1.341.720,00	-6.798.579,21	-3.624.722,84	-1.210.382,03	-1.557.563,51
2012	-3.004.510,22	-1.773.409,62	-1.842.061,20	-1.885.614,49	-1.446.670,05	-7.534.207,35	-3.755.812,74	-2.042.737,14	-2.096.657,24
2013	-1.981.248,58	-2.392.867,84	-1.843.896,05	-1.153.022,64	-1.359.981,37	-5.443.115,82	-3.911.274,14	-1.876.214,40	-1.652.067,81
2014	-3.713.600,28	-3.806.974,32	-2.846.987,94	-1.191.815,00	-1.789.735,42	-6.808.848,60	-3.127.364,33	-2.609.245,35	-1.990.507,67
2015	-4.131.909,68	-3.298.052,67	-2.354.214,28	-1.363.907,32	-2.064.981,62	-8.433.044,85	-2.835.742,34	-2.064.675,73	-2.447.868,93
PERCENTUAL	10,69%	11,13%	7,63%	5,41%	6,14%	29,11%	14,63%	7,81%	7,46%

**Tabela 8 – Déficit por matrículas anuais dos municípios do COREDE vale do Jaguari**

ANO	JAGUARI	CACEQUI	CAPÃO CIPÓ	MATA	NES	SANTIAGO	S.FRANCISCO ASSIS	SVS	UNISTALDA
2007	-1644,17	-1337,45	-3333,64	-1476,84	-1636,80	-1511,90	-1595,50	-1516,07	-4886,75
2008	-1936,59	-1788,26	-2418,44	-1781,60	-1821,28	-1512,43	-1692,21	-1895,93	-4300,43
2009	-1215,82	-1917,00	-2582,75	-2161,76	-1834,96	-1867,59	-1526,64	-1147,56	-6417,21
2010	-1167,00	-2278,99	-3282,83	-2367,55	-2256,27	-1592,95	-1445,06	-2057,27	-5269,78
2011	-1498,54	-2173,50	-3446,55	-3307,46	-2848,66	-2062,68	-2222,39	-1642,31	-8465,02
2012	-3294,42	-1805,92	-5263,03	-4426,33	-3052,05	-2233,02	-2250,34	-2694,90	-10863,51
2013	-2293,11	-2414,60	-5487,79	-2453,24	-2918,41	-1571,79	-2399,55	-2465,46	-8834,59
2014	-4490,45	-3884,67	-7821,40	-2535,78	-3488,76	-1896,62	-1910,42	-3353,79	-10476,36
2015	-5707,06	-3174,26	-6228,08	-3239,68	-4222,87	-2361,54	-1686,94	-2650,42	-13675,25
PERCENTUAL	9,02%	8,06%	15,47%	9,22%	9,35%	6,45%	6,49%	7,54%	28,40%

Tabela 9 – Número de alunos da rede Municipal das Cidades do COREDE vale do Jaguari

ANO	JAGUARI	CACEQUI	CAPÃO CIPÓ	MATA	NES	SANTIAGO	S.FRANCISCO ASSIS	SVS	UNISTALDA
2007	1041	1104	408	450	523	3570	1744	717	223
2008	1103	1065	401	442	504	2962	1784	786	212
2009	965	1046	394	424	498	3144	1676	829	225
2010	1006	1091	364	426	481	3209	1709	807	216
2011	991	1017	351	426	471	3296	1631	737	184
2012	912	982	350	426	474	3374	1669	758	193
2013	864	991	336	470	466	3463	1630	761	187
2014	827	980	364	470	513	3590	1637	778	190
2015	724	1039	378	421	489	3571	1681	779	179
TOTAL	8433	9315	3346	3955	4419	30179	15161	6952	1809



Na Tabela 5, se percebe um aumento das transferências de recursos para as cidades do COREDE vale do Jaguari, em todos anos desde 2007, no FUNDEB as cidades com maior número de matrículas, recebem mais verbas federais, e é isso que acontece na Tabela 1, onde as maiores cidades recebem uma maior transferência.

Na Tabela 6, nota-se que em todos os municípios a despesa no período de 2007 a 2015 aumentou mais que o dobro, novamente quanto mais alunos tem o município, maior o gasto em educação.

Na Tabela 7, foram usados dados das 2 tabelas anteriores, sendo calculado o déficit, o mesmo no período de 2007 a 2015, aumento em todas as cidades, porém neste caso, algumas cidades conseguiram manter uma estabilidade de déficit, e outras, provavelmente por problemas de logística, tiveram aumentos no déficit bem maiores.

Na Tabela 8, calculou-se o déficit por matrícula no período de 2007 a 2015, nos municípios do COREDE Vale do Jaguari, neste caso, o déficit esteve relacionado com a quantidade de alunos da cidade, onde quanto menor a cidade, os problemas financeiros são maiores, aumentando as despesas por aluno.

O padrão comum de todos os municípios é de que as despesas orçamentárias são maiores que as transferências do FNDE, ou seja, há déficit. Esse déficit, que existe desde o período amostral, cresce consistentemente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa se propôs a analisar os orçamentos para a educação dos municípios do Vale do Jaguari, em especial as transferências do FNDE, entre 2007 e 2015. Para que o trabalho não se limitasse à teoria, buscou-se dados nos sites do TCE, para se obter os valores de receitas e despesas dos municípios do COREDE Vale do Jaguari no período de 2007 a 2015 e do INEP e o número de alunos da educação municipal desses municípios do mesmo período.

O trabalho teve como foco dar transparência e esclarecimentos sobre os programas de educação do MEC, em especial o FUNDEF e o FUNDEB, que recebe pagamentos feitos pelo FNDE. Esclareceu-se o ponto de vista de autores, que buscavam esclarecer o tema com textos, citações e também com dados sobre os programas. No desenvolvimento, a aplicação de políticas públicas ligadas ao federalismo foi buscada. A criação do FUNDEF em 1996 e do FUNDEB em 2007 representa um amplo avanço para a educação Brasileira com a inserção de políticas públicas educacionais, que também contam com falhas e problemas, mas que melhoraram imensamente a educação Brasileira. Castro (1998) comenta que a expectativa do FUDENF era diminuir a evasão, melhorar o rendimento



escolar, e ter uma melhor educação. Isso foi descrito pelo MEC com o investimento do montante de 13,7 bilhões de transferências do FUNDEF no ano de 1998.

O presente trabalho busca trazer um posicionamento com dados quantitativos de pesquisa, que trarão as prefeituras das cidades referidas nos dados uma ajuda especial para um posicionamento futuro das mesmas perante a educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, FNDE, História. Disponível em:

<<http://www.fnde.gov.br/fnde/institucional>>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

BRASIL, Portal da transparência, Glossário. Disponível em:

<<http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetalheGlossario.asp?letra=t>>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

BRASIL, Secretaria de fazenda de São Paulo. Transferências Voluntárias do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em:

<<https://www.fazenda.sp.gov.br/TransferenciaVoluntaria/Sistema/Novo/PaginaInicial.aspx>>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

BRASIL, FNDE, Institucional/Etiquetas. Disponível em:

<<http://www.fnde.gov.br/etiquetas/item/1385-organograma>>. Acesso em 05 de dezembro de 2016.

BRASIL, FNDE; Programas. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>>. Acessado em 29 de novembro de 2016.

BRASIL, FNDE. Apresentação. Disponível em:

<<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>>. Acessado em 21 de novembro de 2016.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. **Diário Oficial**. Brasília, DF, 26 de dezembro de 1996, p. 28442.

BRASLAVSKY, Cecilia. Diez factores para una educación de calidad para todos en el siglo XXI. REICE: **Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, 2006.

CASTRO, Jorge Abrahão de. **O fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino e valorização do magistério (Fundef) e seu impacto no financiamento do ensino fundamental**. Texto para discussão nº 604. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1998.

DAVIES, Nicholas. FUNDEB: a redenção da educação básica. **Educação e Sociedade**, v. 27, n. 96 - Especial, p. 753-774, 2006



FERNANDES, Francisco das Chagas. O Fundeb como política pública de financiamento da educação. **Retratos da Escola**, v. 3, n. 4, 2012.

FRARE, Irineu Rodrigues. Estrutura e cultura na mudança das instituições: um estudo sobre a complexidade do processo de desenvolvimento institucional o caso do fundo nacional de desenvolvimento da educação (FNDE). Dissertação de Mestrado. **Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas**, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos de pesquisa social**. 6. Ed. Editora Atlas AS, 2008.

LIMA, Ezequiel de. Efeitos do fundo de desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação-FUNDEB na educação infantil de Medianeira-Paraná. 2015. 107 f. Dissertação de Mestrado - **Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – Unesp – Campus de Marília**. Marília, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica**. Atlas, 2011.

MARTINS, Regina Sheila Bordalo; CARDOZO, Maria Jose Pires Barros. FUNDEB: no limite dos recursos mínimos para a educação pública brasileira. IN: Jornada Internacional Políticas Públicas, 2015. São Luís. UFMA: 2015.

MENDES, Danielle Cristina de Brito. FUNDEB: AVANÇOS E LIMITES NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 2, p. 392-412, 2012.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Assistência financeira do FNDE/MEC a programas e projetos educacionais: formato e implicações. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 87, n. 215, 2007.

PINTO, José Marcelino de Rezende; ADRIÃO, Theresa. Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil. **EccoS revista científica**, v. 8, n. 1, p. 23-46, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Métodos quantitativos e qualitativos. **Pesquisa social: métodos e técnicas**, v. 3, p. 70-89, 1999.

ROSSINHOLI, Marisa. Política de Financiamento da Educação Básica no Brasil: do FUNDEF ao FUNDEB. Tese de Doutorado. **UNIMEP**, Piracicaba, SP: 2008.

RUEDIGER, Marco Aurélio; RICCIO, Vicente. O novo contrato social: desenvolvimento e justiça em uma sociedade complexa. In: CAVALCANTI, B. S.; RUEDIGER, M. A.; SOBREIRA, R. (Org). **Desenvolvimento e construção nacional: políticas públicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 20-21.

SENA, Paulo. A legislação do Fundeb. **Cadernos de pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 319-340, 2013.

SILVA, Carmem Virgínia Moraes da; FRANCISCHINI, Rosângela. O surgimento da educação infantil na história das políticas públicas para a criança no Brasil. **Práxis Educacional**, v. 8, n. 12, 2012.